

# Boletim de Ocorrência



Por  
Celito De Grandi

005

## O fogo mata a história

Os incêndios do Palácio da Justiça e de prédio da polícia, que alarmaram Porto Alegre entre 1949 e 1950, são o tema do quinto capítulo da série que contará um história misteriosa durante 52 domingos de 2012

Adultérios, assaltos, homicídios, inventários não concluídos. Milhares de conflitos. Tudo desapareceu em meio ao calor do fogo, no amanhecer de 19 de novembro de 1949, em Porto Alegre. Em janeiro do ano seguinte, um novo incêndio e outras tantas histórias destruídas.

Os solitários taxistas do ponto da praça foram os primeiros a ver a tênue fumaça no alto do antigo e histórico prédio do Palácio da Justiça, construído no tempo do Império.

Eram 5h. E foi muito rápido. Quinze minutos depois, as chamas dominavam a parte central do edifício. Mais quinze minutos e o fogo se tornou ingovernável na Praça da Matriz.

Transformaram-se em cinzas os arquivos do Tribunal e dos cartórios dos juizados de primeira instância e da Secretaria do Interior e Justiça, que também funcionava no prédio, além de uma biblioteca com obras raras.

A polícia técnica localizou o foco inicial do incêndio na sala em frente ao Cartório do Crime. Uma sindicância rigorosa havia sido determinada pelo presidente do Tribunal sobre a falsificação de documentos anexados a um processo de desquite envolvendo grande patrimônio. Na véspera, um funcionário encontrou pegadas recentes no chão e, em várias fechaduras, havia restos de massa de vidraceiro para modelagem.

Especulação inevitável: o incêndio foi criminoso.

No mesmo dia, o governador Walter Jobim abriu um crédito extraordinário de Cr\$ 10 milhões para a reconstrução do Tribunal – no terreno onde está hoje, na Praça da Matriz –, os cartórios foram reinstalados em prédios do Estado e a polícia iniciou o trabalho difícil de reconstituir processos criminais.

Menos de dois meses depois, na madrugada de sábado, 14 de janeiro de 1950, as instalações e os processos da Repartição Central de Polícia, na esquina das ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano, também foram liquidados pelo fogo.

Um vento forte vindo do Guaíba fez com que as chamas se propagassem rapidamente. Outra vez, depois de 30 minutos, só restava a carcaça do “vetusto casarão”.

Os vizinhos, acordados pelos disparos de armas ali armazenadas, ouviam os gritos desesperados dos 50 presos. Todos se angustiaram.

No tumulto geral, as chaves dos cadeados desapareceram, só depois de algum tempo

as portas das celas foram arrombadas e os prisioneiros, transferidos para a Casa de Correção.

Entre esses dois incêndios, uma explosão no paiol de munições da Brigada Militar, localizado nas Bananeiras, já havia sacudido o bairro Partenon.

Agora, toda a cidade estava alarmada, “com justa razão”, conforme o Jornal do Dia, um diário vinculado à Igreja Católica e que encontrou, na sequência de incêndios, a ideia de um “plano diabólico”.

Em 21 abril de 1950, os jornais anunciam com estardalhaço: “após longos meses de penosas diligências da polícia”, é identificado e preso o incendiário.

“Major” Aragon, um espanhol de rara inteligência, ladrão e golpista confesso, com passagem pela polícia de várias cidades, assume a autoria dos crimes e explica o seu plano.

Estava em São Paulo quando soube do golpe praticado em Porto Alegre pelo empresário Miguel Svirski contra bancos gaúchos: Cr\$ 600 milhões. Aragon vem a Porto Alegre, observa a fragilidade da segurança do Tribunal, decide roubar o processo de Svirski do Palácio da Justiça. Com ele em mãos, iria chantagear o empresário. Aproveitaria para dar sumiço a quatro processos contra si próprio.

Entra no prédio naquela manhã de novembro.

Não encontra o que procura e decide-se pelo incêndio.

Manoel Frederico Gonzalez de Aragon, além de vigarista, é mentiroso e fanfarrão. Ele volta atrás, acusa um comparsa, foge da polícia para conceder entrevistas, a imprensa repete uma só pergunta: qual é a verdade?

O certo é que ele estava preso em São Leopoldo quando aconteceram os incêndios. Explica que, com ajuda de um parceiro, fugiu e retornou ao presídio na mesma noite.

O chefe de polícia se enreda nas declarações, é ridicularizado pela oposição. O “major”, instalado na casa de veraneio do governador – ninguém explica por que – relata sua história e suas façanhas, uma vida feita de pequenos golpes e grandes invenções.

E a verdade sobre os incêndios permanece uma incógnita.



Chamas consumiram parte do prédio da Justiça construído na época do Império. No detalhe, o enigmático suspeito que assume autoria do crime mas recua dias depois



O fogo transformou em cinzas processos armazenados no tribunal e raro acervo de obras da biblioteca

### O crime

**Vítima:**  
O Estado, a Justiça e sua memória

**Época do crime:**  
Novembro de 1949 e janeiro de 1950

**Cidade:**  
Porto Alegre

**Principal suspeito:**  
Manoel Frederico Gonzalez de Aragon, golpista espanhol

**Motivação:**  
Roubar processo e apagar provas